

Deltan procurou empresas para fazer acordo com governo dos EUA

O envolvimento do governo dos Estados Unidos com os procuradores da “lava jato” virou instrumento de pressão sobre as empresas brasileiras para fechar acordos com o Ministério Público Federal. Para os integrantes da força-tarefa, a presença de autoridades estrangeiras na mesa de “negociações” servia de “fator de incentivo” para que as companhias cooperassem com as investigações e pagassem multas – algumas delas diretamente ao MPF.

Segundo documento do procurador Deltan Dallagnol, ele havia estabelecido como meta para 2017 e 2018 descobrir empresas que pudessem estar sujeitas à jurisdição do Departamento de Justiça dos EUA (DoJ) e “poderiam fazer acordo”. O documento foi obtido pelo site *The Intercept Brasil* e divulgado pelo *El País Brasil*.

	TIPO: OPERAÇÃO	DENÚNCIA	AÇÃO	ACORDO	OUTROS	GRUPO RESPONSAVEL	META - descrição rápida	DESCRIÇÃO DETALHADA (se necessário) JUSTIFICATIVA
1	DENÚNCIA						EMPREITEIRAS CARTEL - DENUNCIAR PROMON (JA), MPE (ROJ), TECHINT (OD), SKANSKA (JA), GDK (ROJ)	Necessário responsabilizar todas as empresas, sob pena de passar a imagem de que vale à pena não buscar cooperar para ver se as autoridades vão mesmo agir.
2	DENÚNCIA						EMPREITEIRAS AVULSAS - DENUNCIAR ALUSA (ROJ), FIDENS (ROJ), JARAGUÁ (ROJ), TOMÉ (OD)	Necessário responsabilizar todas as empresas, sob pena de passar a imagem de que vale à pena não buscar cooperar para ver se as autoridades vão mesmo agir.
3							ESTRANGEIRAS - novos acordos com DOJ	Verificar quais empresas ainda poderiam estar sujeitas ao DOJ e poderiam fazer acordo.
4	ACORDO						ESTRANGEIRAS - denunciar qdo não couber acordo	Necessário fazer sob pena de nós sermos responsabilizados pela omissão. Possível atuação prioritária da AGU.
5	AÇÃO						IMPROBIDADES	Ainda haveria cerca de 800 contas e 800 mi CHF bloqueados na Suíça.
6							CONTAS SUIÇAS - acesso/repatriação	Processar no Brasil os casos em que evidente que as autoridades locais não tomarão providências
7							CORRUPÇÃO INTERNACIONAL - Venezuela e outros	
8	DENÚNCIA					PG DD OM	ACORDO PETRO DOJ minoritários	Resolver imbróglgio; garantir que valor fique no Brasil.
9	ACORDO						ACORDOS COM BANCOS	A título de indenização por lavagem de dinheiro e falhas de compliance.
10	ACORDO						LENIÊNCIAS - RESOLVER OUTROS ÓRGÃOS	
11							DNA - GRUPO NACIONAL	Transformar a FT em grupo de atuação nacional em corrupção.
12							RESSARCIMENTO	Buscar novas ações de ressarcimento. Ver parceria com PETROBRAS
13							IMPROBIDADES PARTIDOS	
14							DILMA	
15	OPERAÇÃO							

Clique na imagem para ampliar
Reprodução El País

Em dezembro de 2016, a petroquímica Braskem e sua controladora, a construtora Odebrecht, assinaram [acordos](#) com o DoJ para encerrar investigações em curso nos EUA. O caminho por meio do qual o DoJ chegou à Odebrecht foi a Braskem: a petroquímica negocia ações na Bolsa de Valores de Nova York, o que atraiu a competência da FCPA, a lei de corrupção internacional dos EUA.

O acordo foi considerado um sucesso. A Odebrecht se comprometeu a pagar R\$ 8,5 bilhões, divididos entre Brasil, EUA e Suíça. Pelo acerto, 80% do dinheiro foi destinado ao Brasil, mas sob os cuidados do MPF no Paraná.

Mas, afora o dinheiro, tanto a Odebrecht quanto a Braskem se comprometeram a permitir que um “monitor externo”, indicado pelos EUA, faça relatórios sobre as atividades da empresa e os envie ao DoJ. Esses relatórios “provavelmente incluem” informações “proprietárias, financeiras, comerciais e concorrenciais sigilosas”, diz o acordo.

Versões

A planilha de metas de Deltan indica que ele pretendia fazer mais acordos assim. Não está claro se por iniciativa dele, como forma de usar o DoJ para pressionar as empresas, ou se por iniciativa de procuradores americanos, interessados nos negócios das grandes companhias brasileiras.

Não seria surpresa se a segunda possibilidade se confirmasse. Em julho deste ano, o ex-embaixador dos EUA no Brasil Thomas Shannon [explicou](#) que seu governo observava com preocupação os movimentos do governo brasileiro no Caribe e na América do Sul, especialmente em Cuba e na Venezuela. E a conclusão dos americanos foi que a Odebrecht era a grande parceira do governo brasileiro para concretizar esses planos. Shannon foi embaixador entre 2010 e 2013.

Entretanto, a assessoria de imprensa do MPF confirma a primeira hipótese. Em resposta a questionamento da **ConJur**, a Ascom do MPF no Paraná disse que “a atuação conjunta do MPF com autoridades estrangeiras é um fator de incentivo a que mais empresas resolvam cooperar com as investigações, apresentar provas dos crimes praticados e ressarcir os valores desviados”.

Segundo a assessoria, essa “coordenação” tem dado segurança jurídica aos acordos, além de garantir que o dinheiro pago pelas empresas fique no Brasil, e não nos cofres do Tesouro dos EUA – embora, claro, o dinheiro seja enviado ao Brasil, mas endereçado ao MPF em Curitiba, o que levou à [suspensão de um dos acordos](#), o com a Petrobras, pelo Supremo Tribunal Federal, e levou o ministro Alexandre de Moraes a [pedir explicações](#) sobre o acerto com a Odebrecht.

Date Created

12/10/2019